

Almirante manifesta seu apoio

Da Enviada Especial

O ex-ministro da Marinha, Maximiano da Fonseca, que ocupa hoje uma diretoria da Petrobrás, manifestou total apoio ao pronunciamento do presidente José Sarney, na segunda-feira, através do qual condenou alguns pontos aprovados no primeiro turno de votação da Assembleia Nacional Constituinte, alegando que, se aprovados no texto final, levarão o País à ingovernabilidade. "O Presidente cumpriu seu dever ao fazer esta advertência, afinal de contas é sua obrigação alertar a Nação para os riscos de uma Constituição que, se aprovada, poderá levar o País à bagunça. E bagunça não pode haver", disse o ex-ministro.

Ele criticou a atuação dos constituintes que, na sua opinião, está orientada "pelo casuismo, pela demagogia e o interesse eleitoral", mas não quis comentar a decisão do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, de mobilizar todos os constituintes para aprovar, imediatamente, o texto do projeto da Constituinte. Ao ser perguntado sobre o que, de fato, significava Preci-a advertência do presidente sobre a ingovernabilidade do País, o almirante respondeu: "Isto está muito claro. Significa que não será possível governar. Mas é bom lembrar que alguém vai ter que governar este País".

Também o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, presente à solenidade apoiou o presidente, no caso do seu pronunciamento: "o Presidente fez um excelente discurso. Agora esperamos que o bom-senso prevaleça, e bom-senso, no caso, significa que deve haver negociação".

Presente à solenidade, como convidado do presidente Sarney, o ex-presidente da Petrobrás, Osires Silva, demitido há cerca de dois meses do cargo por haver criticado a política salarial do Governo; especificamente o congelamento da URP como base de reajuste dos funcionários da Petrobrás, deu todo apoio ao Presidente: "Alguém precisava falar sobre as coisas que realmente estão acontecendo", disse.

Sarney cumpriu seu dever, dizem militares

Brigadeiro garante que decisão da Constituinte será acatada, mas pede bom senso

"O Presidente tem o dever de apresentar suas preocupações político-financeiras à Nação", afirmou ontem o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, justificando o pronunciamento de Sarney por uma cadeia de rádio e televisão mostrando que a aprovação do atual texto da Constituição tornará o País ingovernável. Segundo ainda o ministro, "o choque de idéias entre o Executivo e o Legislativo mostra o pleno exercício da democracia".

Indagado pela imprensa se a aprovação no segundo turno do projeto constitucional provocaria reação dos militares, inclusive golpe, afirmou que os militares estão voltados para suas missões específicas.

Ele garantiu que "seja qual for a decisão da Assembleia Nacional Constituinte os militares a apoiarão". O ministro espera que o bom-senso prevaleça no segundo turno da Constituinte e que os pontos polêmicos, contrários aos interesses do Executivo, sejam objeto de exame e de acordo entre as partes envolvidas.

No Exército, os oficiais consultados desmentem a existência de clima propício a golpe militar. Para a maioria, a imprensa está fazendo terrorismo. "Não se prepara um golpe de segunda para terça-feira", afirmou um general comissionado em Brasília, que serviu no Gabinete Militar ao tempo do governo Geisel. Ainda segundo o informante, o movimento

de 1964 não foi feito da noite para o dia. Seguiu a evolução dos acontecimentos políticos.

O ministro Leônidas Pires Gonçalves, que não fala à imprensa desde a reunião dos militares com o Presidente, domingo último, acompanhou os acontecimentos da Assembleia Nacional Constituinte do seu próprio gabinete, no quartel-general do Setor Militar Urbano. Seus auxiliares diretos informaram que ele despachou normalmente o expediente do dia, apresentando-se bem-humorado. Hoje, no "Noticiário do Exército", a posição do ministério será mostrada em editorial que será distribuído à imprensa e às unidades de tropa e de serviço em todo o território nacional.

EUGENIO NOVAES



Sant'Anna já havia advertido Sarney de que o texto seria aprovado e agora tenta retardar a promulgação

Presidente não esconde tensão

DILZE TEIXEIRA
Enviada Especial

Manaus — A expressão carrancuda com que o presidente José Sarney desembarcou ontem em Coari, no Alto Amazonas, contrastava frontalmente com o estilo descontraído de sua roupa: pela primeira vez, desde que assumiu o Governo, Sarney apareceu em público com traje esportivo: usava calça creme com uma camisa de cambraia, presente do presidente do México, Miguel de La Madrid.

Durante toda a solenidade, que marcou o início da produção de petróleo em escala comercial em Urucu, o Presidente, apesar do esforço não conseguiu disfarçar a tensão a que estava submetido. Com o cenho carregado, evitou a imprensa e negou-se, sistematicamente, a sequer tocar no tema política. Segundo um assessor desde o seu pronunciamento na terça-feira, quando advertiu a nação sobre os riscos de se aprovar o texto final da Constituinte com alguns dos pontos que considera

inaceitáveis, Sarney está tenso e muito nervoso.

MARTELO

"O Presidente bateu com o martelo na mesa, e espera agora que haja entendimento, uma negociação que torne a futura Carta pelo menos razoável", comentou a fonte. Segundo ela, se isto não ocorrer, não se pode fazer previsões sobre as consequências. "Então acontecerá o imponderável", negou-se contudo a explicitar o que significaria "o imponderável". "Tudo pode acontecer, inclusive o caos total", limitou-se a dizer.

No meio da conversa, o assessor — revelou que uma das alternativas é, com ajuda dos militares — "Hoje a única fonte de sustentação do Presidente" — provocar o esvaziamento da Constituinte, que sem quorum n-ao poderá deliberar até que "os ânimos estejam serenados, que os constituintes se conscientizem dos desdobramentos de um atitude irresponsável" concluiu.

Embora ninguém tivesse explicado as razões da ten-

são do Presidente ele tinha todos os motivos para estar nervoso e sob tens-ao.

Estava informado de que o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães — que desaprovou totalmente o seu pronunciamento de terça-feira — iria fazer todo o esforço possível para mobilizar os constituintes e aprovar o texto do projeto de Constituição aprovado no primeiro turno da votação, o que de fato conseguiu.

Desta forma, será mais difícil ao Governo suprimir os artigos do projeto com os quais não concorda. Para isso terá que conseguir pelo menos 280 votos. Já ciente de que Ulysses conseguiria aprovar o texto, o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, tentou sem sucesso avisá-lo em Coari. No momento em que conseguiu completar a ligação, Sarney estava discursando na solenidade de Urucu. Também o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, tentou informar o Presidente sobre a votação e não conseguiu. Ele já havia embarcado para Tefé, de onde seguiu para Brasília.

Líder esvaziará o plenário

RITAMARIA PEREIRA
Da Editoria de Política

Há alguns dias o presidente José Sarney foi informado pela liderança do Governo na Câmara de que faltava voto para rejeitar o anteprojeto da nova Carta. Era impossível reverter o quadro de disposição para aprovar o texto global e que deveria investir na busca de um acordo. Por essa razão, o líder Carlos Sant'Anna disse ontem que o resultado da votação "não era uma derrota, e sim consequência do processo". Ele, porém, não desanimou e admitiu que a partir de agora tentará esvaziar a Constituinte, retardando a promulgação tão desejada pelo presidente Ulysses Guimarães.

Os governistas não esconderam a decepção com a fala do deputado Ulysses

Guimarães, que já tinha aborrecido o grupo por uma série de foras dados durante o correr do dia. Manobrando bem para não demonstrar uma hostilidade formal, o presidente evitou as conversas que por diversas vezes tentaram os deputados Carlos Sant'Anna, José Lourenço e Ricardo Fiuza. Eles defenderiam um adiamento da votação, sob o argumento de que precisava apurar melhor a repercussão da fala, na véspera, do presidente José Sarney.

Habilmente, a assessoria do presidente da Constituinte informou aos governistas e também aos ministros e demais líderes desse grupo que o deputado Ulysses Guimarães estava em local desconhecido. Ontem, depois do resultado e da postura dele em plenário, os "rejeitados" acabaram

presumindo que "estava na casa do ministro Renato Archer escrevendo o pronunciamento feito à tarde".

Ao contrário do que revelou o líder do PFL no senado, Marcondes Gadelha, para quem seu colega na Câmara, José Lourenço, tinha uma avaliação irreal do quadro de correlação de forças e bateu forte quando precisava investir mais na negociação, o líder Carlos Sant'Anna disse que desde a semana passada dispunha de dados confiáveis segundo os quais não ia dar para segurar. Por isso mesmo, não alimentou esperança.

Aliás, saiu do PFL também a idéia de estimular a ida do presidente José Sarney aos meios de comunicação para fazer o alerta geral sobre os efeitos das medidas contidas no proje-

to, criando despesas sem custeio. Já de Carlos Sant'Anna ele ouviu uma avaliação ponderada, no sentido de que era preciso medir o desgaste antes de pensar nos efeitos, já naquele momento acatados como nenhum.

Tanto assim que ontem o líder governista lembrava que o conteúdo da fala do Presidente era uma forma de marcar posição histórica dentro de um quadro desfavorável, mas cuja repercussão exigia explicações à opinião pública. Como fez.

Todavia, as esperanças do grupo governista não morre de todo. Há quem ache que passado o clima de emocionalidade acabará achando um caminho de negociação, pois todos sabem que a partir da próxima semana crescerão as dificuldades para acelerar as votações sem acordos.